

Ex-ministro elogia medidas oficiais

As transformações introduzidas pelo governo na política econômica, no fim do ano passado, conjuraram a ameaça de uma renegociação da dívida externa, provavelmente apoiada em um empréstimo do Fundo Monetário Internacional. Poucas pessoas imaginam o que seriam os sofrimentos da sociedade brasileira se as reservas em moeda forte do País caíssem a níveis ainda mais baixos, que o obrigasse a essa saída. A dieta não seria um desaquiecimento, mas uma recessão que deixaria o empresariado com saudades de 1965.

Esta opinião foi manifestada, ontem, pelo ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, em palestra para um grupo de executivos financeiros, no Hilton Hotel de São Paulo. Ele está convencido de que o mais importante já foi conseguido: a reconquista da credibilidade externa, ameaçada por uma série de medidas não ortodoxas aplicadas em 1979, que levou a um aumento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, a uma perda exagerada de reservas internacionais e ao recrudescimento da inflação, que ultrapassou o nível de 100%.

Hoje, ele acha que os resultados conseguidos no primeiro trimestre comprovam o acerto das correções de rumo que foram feitas e afirma que o ingresso de US\$ 4,6 bilhões sob a forma de empréstimos externos parece ter enterrado a incômoda controvérsia sobre a necessidade ou não de o Brasil recorrer ao aval do FMI, a fim de resolver seus problemas de balanço de pagamentos.

MEDIDAS

As medidas que Simonsen alinha como importantes para o reordenamento da economia e sua aproximação de uma política ortodoxa são: a) liberação das taxas de juros; b) o fim da prefixação das correções monetária e cambial; c) aceleração das minidesvalorizações, recentemente reforçadas pela ressurreição do crédito-prêmio do IPI à exportação de manufaturados; d) arbitramento da correção monetária em um nível que estimula a poupança; e) política monetária austera, que tem mantido as taxas de expansão dos meios de pagamento em um ano, na faixa de 65%; f) limitação da expansão do crédito bancário em 50%, com limites predeterminados por trimestre; g) redução, ainda que discreta, dos subsídios à agricultura e à exportação; h) aceitação dos "spreads" dos empréstimos externos fixados pelo mercado, em vez de sua limitação apriorística pelo Banco Central.

Com isso, prossegue o diretor da Escola de pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, o déficit do balanço comercial no primeiro trimestre limitou-se a menos de um terço do registrado em igual período do ano passado. Desincentivou-se o consumo, particularmente o de bens duráveis.

Reconhece Simonsen que o esforço contra a inflação ainda não apresentou os frutos esperados. As razões, segundo ele, são, em primeiro lugar, porque não há terapia instantânea para a ebulição dos preços. E, em segundo, porque a atual legislação salarial constitui um obstáculo a um rápido processo de cura da inflação.

DESAQUECIMENTO

Quanto ao desaquiecimento da economia, o ex-ministro do Planejamento entende que a situação não agrada nem a empresários nem aos trabalhadores, ainda mais porque vem acompanhado de uma elevação súbita da taxa de juros, sem a contrapartida da contenção imediata da inflação. Mas afirma que não há outro caminho para remediar as dificuldades do momento. "Só parece haver uma alternativa a ortodoxia no presente: é a ortodoxia no futuro, carregada de pesados juros e correção monetária."

Em relação à inflação, Simonsen defende, como já fez em outras ocasiões, uma mudança na forma de reajustar os salários. Embora reconheça que a atual legislação salarial não é responsável pela aceleração da inflação, ele insiste em que ela retarda os efeitos da política de combate aos preços, através da realimentação inflacionária a cada semestre. Em sua opinião, a lei salarial supõe uma taxa inflacionária constante, "ainda que ela seja defensável sob vários pontos de vista".

Diante da política de contenção monetária e do crédito bancário—prossegue Simonsen— os resultados indesejáveis aparecem sob a forma de desemprego, aumento da taxa de rotatividade da mão-de-obra e a resistência da inflação e dos elevados juros.

Considera, ainda, que há outro fator importante, embora secundário, impedindo o êxito contra a alta de preços: é o Imposto sobre Operações Financeiras para os empréstimos em cruzeiros. Para ele, as razões que levaram ao aumento das alíquotas do IOF desapareceram com as reformas econômicas do ano passado, pois isso foi feito, disse Simonsen, para corrigir distorções causadas pelo tabelamento dos juros internos e para induzir as empresas a captarem recursos no Exterior.